

Comércios invasores não terão mais alvará

Medida do GDF, que entra em vigor a partir de 26 de fevereiro, não afeta os atuais ocupantes de espaço público

ADELCIANO ALEXANDRE

A Administração de Brasília pretende expedir novos alvarás de funcionamento apenas aos estabelecimentos que não ocupem área pública e estejam de acordo com o Plano Diretor da cidade. A Ordem de Serviço nº 5, que regulamenta a decisão, foi publicada semana passada no *Diário Oficial do DF* e entra em vigor no dia 26 de fevereiro.

A medida é uma recomendação conjunta do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal. Segundo o administrador interino de Brasília, Renato Castelo, "o objetivo da medida é conter abusos no uso dos espaços públicos da área tombada, sobretudo por bares".

A ordem de serviço não afeta os atuais ocupantes dos espaços públicos. Os chamados "puxadinhos". No entanto, à medida que os estabelecimentos forem sendo fechados ou mudem de razão social, novas permissões de funcionamento estarão condicionadas ao enquadramento no Plano Diretor e ao respeito às áreas de uso coletivo. "Estamos emitindo um aviso para os comerciantes não contarem com terras públicas na hora da construção de seus estabelecimentos", adverte Renato Castelo.

Na opinião dele, em cinco anos, boa parte da cidade deverá estar enquadrada no que prevê o Plano Diretor. "A rotatividade em alguns estabelecimentos é muito grande."

Renato Castelo informa que o governo estuda uma forma de tornar proibitiva a manutenção do atual uso dos espaços públicos. Desde 1997, alguns comerciantes pagam uma taxa pela utilização de área

pública. Atualmente, o valor anual pela exploração do metro quadrado é de R\$ 47. "O custo é muito baixo. A majoração precisa ser discutida com os órgãos competentes."

Na avaliação do titular da 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), Paulo José Leite, a medida é benéfica, pois parte do pressuposto de que o erro pode ser corrigido. "A ordem de serviço significa que, aos poucos, poderemos verificar o retorno do uso das áreas ocupadas. Os chamados puxadinhos estão aumentando cada vez mais. Por isso, precisamos encontrar formas de evitar essa tendência", pondera.

O superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-DF), Alfredo Gastal, vê de modo positivo a Ordem de Serviço nº 5. No entanto, para ele, o ideal seria a edição de um decreto que regulamente todo o uso dos espaços públicos da cidade. "Não deixa de ser algo positivo. Acredito que seja meio caminho andado", avalia.

Para Alfredo Gastal, uma discussão ampla precisa ser realizada para se encontrar uma saída que leve em consideração o tombamento da cidade, mas não afete o comércio local. "Acredito que podemos encontrar boas perspectivas pelo caminho."

Levantamento da Secretaria de Fiscalização (Sefau) na área tombada mostra que 1.028 estabelecimentos comerciais ocupam 96.924 metros quadrados de espaço público. Estudo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e Iphan mostra que 43,6% das construções comerciais da Asa Sul são irregulares. Na Asa Norte, o índice é de 11%.

FOTOS: FRANCISCO STUCKERT



Airton Nunes não se entende com a prefeita Deolinda Severo, que quer sossego na quadra; Renato Castelo espera acabar com as invasões em cinco anos